

ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

O presente **Documento de Formalização de Demanda** tem como objetivo apresentar e detalhar à administração pública e seus representantes, as suas necessidades e formalizar a presente demanda de acordo com o que prevê a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Federal 11.462/23, Decreto Municipal nº 442/2024 e demais regulamentos atinentes a matéria.

Sendo assim, observa-se os seguintes requisitos:

I - DO OBJETO

O presente processo licitatório tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PLACAS DE PATRIMÔNIO DIMENSÃO 5X2CM, PARA A REALIZAÇÃO DO TOMBAMENTO DOS BENS ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ.**

Fundamentação Jurídica: Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 10.947/2022.

II - DA JUSTIFICATIVA

A presente justificativa, tem como finalidade demonstrar a necessidade da aquisição de placas de patrimônio dimensão 5x2cm destinadas à identificação, ao registro e ao controle dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Município de IPIXUNA DO PARÁ. O patrimônio público, sendo constituído por diferentes tipos de bens adquiridos com recursos públicos, exige mecanismos eficazes que permitam a sua gestão organizada e transparente. Nesse contexto, a utilização das placas de patrimônio dimensão 5x2cm, é uma medida essencial para viabilizar um acompanhamento adequado do acervo municipal, assegurando que cada item esteja corretamente catalogado e vinculado aos registros contábeis e administrativos existentes.

A contratação, atende a um princípio fundamental da administração pública: a rastreabilidade dos bens. Ao atribuir um código único a cada item adquirido, torna-se possível monitorar sua localização, destinação e situação. Essa rastreabilidade, reduz significativamente o risco de desvios, extravios ou até mesmo de perdas por má gestão, além de permitir um acompanhamento mais próximo por parte do setor responsável. Trata-se, portanto, de um instrumento que fortalece os mecanismos de controle interno e contribui para a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

Outro aspecto que deve ser ressaltado, é a importância das placas para a realização de inventários periódicos. Esses inventários, são procedimentos obrigatórios que exigem precisão e confiabilidade das informações registradas. Com a devida fixação das placas, os processos de

ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ

conferência e atualização dos dados se tornam mais rápidos e seguros, evitando inconsistências entre os registros contábeis e a realidade física observada. Assim, a Administração Municipal garante maior precisão na prestação de contas junto aos órgãos de fiscalização e controle.

As placas de patrimônio dimensão 5x2cm, também colaboram para a padronização dos registros, assegurando uniformidade nos processos de identificação dos bens. A ausência de padronização, pode gerar confusões, duplicidades ou mesmo falhas na catalogação. Por isso, investir em um sistema organizado de identificação fortalece a confiabilidade das informações e confere maior credibilidade aos relatórios patrimoniais. Com isso, a Administração demonstra comprometimento com a gestão responsável dos recursos que pertencem à coletividade, atendendo às boas práticas administrativas.

Além da padronização, as placas de patrimônio representam um importante recurso para a preservação do acervo público. A identificação individualizada, facilita a verificação de uso adequado, permitindo que se saiba em quais locais os bens estão sendo utilizados e se estão em condições adequadas de funcionamento. Dessa forma, cria-se uma cultura de zelo e responsabilidade entre os servidores e usuários diretos dos materiais, contribuindo para a conservação do patrimônio e para a redução de gastos com substituições ou aquisições desnecessárias.

Outro ponto relevante, está relacionado ao acompanhamento da vida útil dos bens patrimoniais. A utilização de placas, facilita a criação de um histórico de manutenção, reparos, transferências e até mesmo de baixa de cada item. Esse histórico, possibilita que a Administração adote medidas preventivas de conservação, prolongando a durabilidade dos equipamentos e assegurando melhor aproveitamento dos recursos aplicados. Assim, a aquisição de placas se traduz não apenas em um cumprimento de obrigação legal, mas em uma prática que proporciona maior eficiência e economia ao longo do tempo.

No campo da transparência administrativa, a aquisição das placas de patrimônio dimensão 5x2cm, também, se mostra indispensável. A correta identificação dos bens, permite que a sociedade tenha clareza sobre a utilização e preservação dos recursos públicos. Ao possibilitar a fiscalização, tanto por órgãos oficiais quanto pela população, reforça-se o princípio da publicidade e da eficiência, pilares da gestão pública moderna. Essa prática, amplia a confiança da comunidade na atuação da Administração e fortalece a imagem institucional do Município.

A utilização das placas de patrimônio dimensão 5x2cm, também facilita a realização de auditorias, sejam internas ou externas. Com os bens devidamente identificados, a verificação da conformidade entre os registros contábeis e a realidade física é mais ágil e precisa. Essa eficiência não apenas reduz o tempo e os custos envolvidos nas auditorias, mas, também evita questionamentos sobre a regularidade da gestão patrimonial. Dessa forma, a Administração garante

ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ

maior segurança na prestação de contas e demonstra comprometimento com a integridade do gasto público.

É importante destacar, que a ausência de placas para atendimento das demandas do setor de patrimônio, compromete o controle administrativo, gerando riscos que vão desde falhas em inventários até dificuldades em auditorias. Além disso, abre margem para eventuais questionamentos quanto à legalidade e à regularidade da gestão, o que pode resultar em responsabilização dos gestores públicos. Nesse sentido, a contratação é essencial para mitigar riscos e assegurar maior eficiência no acompanhamento patrimonial.

Do ponto de vista administrativo, as placas representam também um ganho em eficiência operacional. A identificação padronizada, permite que os servidores do Departamento de Patrimônio desempenhem suas atividades de forma mais ágil, evitando retrabalhos e inconsistências nos registros. Essa agilidade reflete em processos mais organizados e em maior economia de tempo, o que se traduz em um melhor aproveitamento da força de trabalho disponível.

No aspecto legal, é fundamental ressaltar que a adoção de instrumentos de controle patrimonial são exigências das normas de gestão pública. A escrituração correta dos bens adquiridos, acompanhada da sua devida identificação física, garante que o Município atue em conformidade com a legislação e esteja apto a prestar contas com clareza e objetividade. Assim, a aquisição das placas de patrimônio dimensão 5x2cm se alinha às boas práticas administrativas e reforça o compromisso da Administração com a legalidade, a moralidade e a eficiência.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição das placas de patrimônio dimensão 5x2cm, é medida imprescindível para assegurar a organização, a segurança e a transparência na gestão dos bens públicos de IPIXUNA DO PARÁ. Essa iniciativa fortalece o setor de patrimônio, promove maior eficiência na utilização dos recursos públicos e contribui para a preservação do acervo municipal. Trata-se de uma ação que atende às necessidades administrativas, normativas e sociais, consolidando a boa governança e a responsabilidade no uso do patrimônio pertencente à coletividade.

Sem mais considerações, passa-se a especificação do objeto, a quantidade a ser contratada, a estimativa preliminar do valor da contratação e ao grau de prioridade.

Fundamentação Jurídica: Art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.947/2022.

III - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO; DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA; DA ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DO GRAU DE PRIORIDADE.

OBJETO	NÍVEL DE URGÊNCIA
--------	-------------------

ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ

REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PLACAS DE BAIXO () PATRIMÔNIO DIMENSÃO 5X2CM, PARA A REALIZAÇÃO DO TOMBAMENTO DOS MÉDIO () BENS ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ. ALTO (x)					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PRELIMINAR	VALOR TOTAL PRELIMINAR
1	PLACAS DE PATRIMÔNIO DIMENSÃO 5X2CM. ESPECIFICAÇÃO: PLACAS DE PATRIMÔNIO SEQUENCIA 040999 EM AÇO INOX ESCOVADO COM FUROS, CONFECCIONADAS POR FOTO REVELAÇÃO, MATERIAL COLANTE, LEGENDA EM BAIXO RELEVOS PINTURA AUTOMOTIVA ÚNICO E ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE VERNIZ CONTRA INTEMPÉRIES, DIMENSÃO 5X2CM.	1	UNIDADE	R\$ 00,00	R\$ 00,00

Fundamentação Jurídica: Art. 8º, inciso II, III, IV e VI, do Decreto nº 10.947/2022.

IV - DA INDICAÇÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

20 de agosto de 2025 à 20 de novembro de 2025

Fundamentação jurídica: Art. 8º, inciso V, do Decreto nº 10.947/2022.

V - INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA PARA A SUA EXECUÇÃO.

EXISTE VINCULAÇÃO? SIM () NÃO (X)

EXISTE DEPENDÊNCIA? SIM () NÃO (X)

Fundamentação Jurídica: Art. 8º, inciso VII do Decreto nº 10.947/2022.

VI - NOME DA ÁREA REQUISITANTE OU TÉCNICA COM IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL.

ÁREA REQUISITANTE OU TÉCNICA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

RESPONSÁVEL: ARTEMES SILVA DE OLIVEIRA

Fundamentação Jurídica: Art. 8º, inciso VIII do Decreto nº 10.947/2022.

VII - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentaria, é a seguinte: **Órgão gerenciador:** 03 - Sec. Mun. de Administração e Rec.Humanos (2025); **Unidade Orçamentária:** 01 - Sec.Mun. de Administração e Rec. Humanos (2025) e 01 - Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará (2025); e **Natureza da despesa:** 33903099

ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ

Material de Consumo - Outros Materiais de Consumo.

VIII - DA JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO DECRETO Nº 10.947/2022

Utilizaremos a exegese do Art. 187 da Lei nº 14.133/2021 para aplicarmos o Art. 8º do Decreto nº 10.947/2022, além de outras diretrizes pertinentes no mesmo decreto.

Nos ensina o Art. 187 da Lei nº 14.133/2021 que “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei”. Sendo assim, como falado acima, aplicaremos o Art. 8º do Decreto nº 10.947 de 2022.

Sem mais considerações.

Ipixuna do Pará, 20 de agosto de 2025.

AUTORIDADE COMPETENTE

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**